

Pessoal Inativo e Pensionistas	3.318.727,58	3.420.022,46	3.727.720,79	3.678.540,63	3.897.656,96	3.990.186,45	5.715.034,80	4.091.212,30	5.662.865,86	3.956.409,38	3.982.463,06	3.988.401,56	49.429.241,83	1.075.604,68
Aposentadorias, Reservas e Reformas	2.331.046,91	2.435.146,03	2.676.246,40	2.485.588,75	2.895.066,40	2.986.874,99	4.201.015,23	3.110.344,97	4.168.433,04	2.938.388,24	2.929.151,06	2.990.309,14	36.147.611,16	875.001,51
Pensões	987.680,67	984.876,43	1.051.474,39	1.192.951,88	1.002.590,56	1.003.311,46	1.514.019,57	980.867,33	1.494.432,82	1.018.021,14	1.053.312,00	998.092,42	13.281.630,67	200.603,17
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.318.727,58	3.420.022,46	3.589.785,47	3.574.749,33	3.709.639,19	2.156.439,40	2.787.167,88	1.677.146,09	5.357.771,38	3.940.190,50	3.324.098,62	3.730.075,05	40.585.812,95	439.832,41
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	2.762,44	8.008,66	-	69.352,84	493.403,26	-	-	-	151.899,65	725.426,85	37.888,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.318.727,58	3.420.022,46	3.589.785,47	3.571.986,89	3.701.630,53	2.156.439,40	2.717.815,04	1.183.742,83	5.357.771,38	3.940.190,50	3.324.098,62	3.578.175,40	39.860.386,10	401.943,45
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.658.427,86	14.908.766,10	14.793.601,13	14.744.469,16	14.860.513,41	16.755.023,16	25.451.606,46	20.757.066,37	19.242.214,16	15.523.481,78	16.416.686,35	15.958.068,07	204.069.924,01	6.968.824,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.290.353.341.023,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIIa + IIIf)	211.038.748,78	0,016355
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	592.607.675,40	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	562.977.291,63	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	533.346.907,86	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOF/SOF/TRE-CE, Emitido em 22 / MAI / 2024 às 8h e 30min

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 803 de 16 de maio de 2024 - DOU nº 96 , Seção 1, 20 maio de 2024, pág. 35.

GLAVANY LIMA MAIA VIEIRA
Secretária de Orçamento e Finanças

LILIAN CASTELO CAMPOS
Coordenadora de Auditoria Interna

DENISE BASTOS PONTES
Diretora - Geral
Em Exercício

Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA TRE-GO Nº 210, DE 17 DE MAIO DE 2024

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao primeiro quadrimestre de 2024.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, relativo ao primeiro quadrimestre de 2024, nos termos do documento anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2023 A ABRIL DE 2024

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS													
	Mai/23	Jun/23	Jul/23	Ago/23	Set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	Jan/24	Fev/24	Mar/24	Abr/24	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.313.524,94	14.403.831,59	14.001.936,49	14.145.516,19	14.134.620,06	14.157.903,94	21.886.631,64	16.234.289,35	18.650.724,05	15.424.427,99	15.458.919,14	15.418.391,55	188.230.716,93	2.877.014,58
Pessoal Ativo	12.522.370,14	12.619.231,16	12.218.014,72	12.178.286,02	12.307.918,71	12.331.094,59	19.112.088,15	14.402.137,48	15.901.160,01	13.502.089,09	13.528.112,72	13.493.652,29	164.116.155,08	2.745.837,71
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.745.011,17	10.840.861,15	10.441.108,30	10.404.823,46	10.535.251,50	10.544.082,94	15.510.302,91	12.603.352,87	14.097.834,48	11.549.245,53	11.571.265,73	11.544.010,08	140.387.150,12	2.555.837,71
Obrigações Patronais	1.777.358,97	1.778.370,01	1.776.906,42	1.773.462,56	1.772.667,21	1.787.011,65	3.601.785,24	1.798.784,61	1.803.325,53	1.952.843,56	1.956.846,99	1.949.642,21	23.729.004,96	190.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.791.154,80	1.784.600,43	1.783.921,77	1.967.230,17	1.826.701,35	1.826.809,35	2.774.543,49	1.832.151,87	2.749.564,04	1.922.338,90	1.930.806,42	1.924.739,26	24.114.561,85	131.176,87
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.479.303,97	1.474.877,27	1.471.668,25	1.531.741,16	1.493.400,87	1.493.508,87	2.262.850,78	1.498.851,39	2.240.736,03	1.575.748,54	1.579.405,91	1.575.926,22	19.678.019,26	111.176,87
Pensões	311.850,83	309.723,16	312.253,52	435.489,01	333.300,48	333.300,48	511.692,71	333.300,48	508.828,01	346.590,36	351.400,51	348.813,04	4.436.542,59	20.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.942.715,20	1.783.001,74	1.791.804,23	1.964.737,03	1.824.370,21	1.827.656,65	2.776.168,75	1.336.621,45	2.747.065,38	1.950.012,83	1.934.939,02	1.922.240,60	23.801.333,09	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	153.999,54	840,45	10.375,60	0,00	0,00	3.286,44	4.064,40	2.940,08	0,00	30.172,59	6.631,26	0,00	212.310,36	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.788.715,66	1.782.161,29	1.781.428,63	1.964.737,03	1.824.370,21	1.824.370,21	2.772.104,35	1.333.681,37	2.747.065,38	1.919.840,24	1.928.307,76	1.922.240,60	23.589.022,73	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.370.809,74	12.620.829,85	12.210.132,26	12.180.779,16	12.310.249,85	12.330.247,29	19.110.467,89	14.897.667,90	15.903.658,67	13.474.415,16	13.523.980,12	13.496.150,95	164.429.383,84	2.877.014,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.290.353.341.023,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	167.171.497,37	0,012955
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	301.400.733,40	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	286.330.696,73	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	271.260.660,06	0,021022

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI/SAO, Data da emissão: 21/05/2024.

*Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 803, de 16 de maio de 2024, publicada em 20 de maio de 2024.

3. Na linha "despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração", foi deduzido o valor de R\$ 134.901,05, refletido na linha DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b), sendo: R\$ 106.929,09 liquidado em Jan/2024 (ref. Substituições, Adic. Qualificação e Gratif. Natalina do período nov e dez/2023); R\$ 23.284,39 liquidado em março/2024 (ref. Pagamento de abono permanência de período compreendido entre mai e dez/2023); e R\$ 4.687,57 liquidado em abr/2024 (ref. Pagamento de VPNI, Gratificação Eleitoral, Gratif. Natalina, Adic. Qualificação e Substituições de períodos compreendidos entre set a dez/2023).

LEONARDO SAPIÊNCIA SANTOS
Diretor-Geral

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SANDRA FLEURY NOGUEIRA
Secretária de Auditoria Interna

Des. LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

COORDENADORIA DA ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DA CONTABILIDADE

PORTARIA TRE Nº 119, DE 21 DE MAIO DE 2024

Torna publico o Relatório de Gestão Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2024.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA, em exercício, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, parágrafo segundo, da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nr. 0005368-83.2024.6.15.8000, resolve:

Art. 1 Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2024, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. AGAMENILDE DIAS ARRUDA VIEIRA DANTAS

PORTARIA TRE Nº 119, DE 21 DE MAIO DE 2024

Torna publico o Relatório de Gestão Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2024.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA, em exercício, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, parágrafo segundo, da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nr. 0005368-83.2024.6.15.8000, resolve:

Art. 1 Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2024, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. AGAMENILDE DIAS ARRUDA VIEIRA DANTAS

ANEXO

UNIAO - PODER JUDICIARIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

RELATORIO DE GESTAO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2023 A ABRIL 2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea a)														R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS ⁵ (b)	
	LIQUIDADAS														
	Mai/23	Jun/23	Jul/23	Ago/23	Set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	Jan/24	Fev/24	Mar/24	Abr/24	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.508.780,43	11.485.619,54	11.363.842,88	11.425.099,99	11.630.211,26	12.643.622,55	16.893.139,50	14.261.935,51	15.269.845,01	12.425.611,14	12.340.308,13	12.441.849,44	153.689.865,38	1.523.813,16	
Pessoal Ativo	9.739.180,72	9.722.010,44	9.599.160,64	9.660.417,75	9.766.683,33	10.815.226,25	14.075.499,71	12.362.567,95	12.488.907,74	10.464.184,18	10.363.062,19	10.447.375,09	129.504.275,99	1.351.279,62	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.203.571,35	8.197.516,77	8.071.478,98	8.133.004,76	8.242.014,39	9.290.671,27	11.064.644,08	10.798.577,28	10.977.744,52	8.866.409,89	8.740.131,53	8.824.415,37	109.410.180,19	1.111.279,62	
Obrigações Patronais	1.535.609,37	1.524.493,67	1.527.681,66	1.527.412,99	1.524.668,94	1.524.554,98	3.010.835,63	1.563.990,67	1.511.163,22	1.597.774,29	1.622.930,66	1.622.959,72	20.094.095,80	240.000,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.769.599,71	1.763.609,10	1.764.682,24	1.764.682,24	1.863.527,93	1.828.396,30	2.817.639,79	1.899.367,56	2.780.937,27	1.961.426,96	1.977.245,94	1.994.474,35	24.185.589,39	172.533,54	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.208.981,85	1.202.991,24	1.204.064,38	1.204.064,38	1.302.910,08	1.253.019,79	1.960.481,91	1.324.478,25	1.913.154,20	1.368.688,66	1.384.507,64	1.401.287,44	16.728.629,82	172.533,54	
Pensoes	560.617,86	560.617,86	560.617,86	560.617,86	560.617,85	575.376,51	857.157,88	574.889,31	867.783,07	592.738,30	592.738,30	593.186,91	7.456.959,57	-	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (paragrafo 1 do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com Pessoal nao Executada Orcamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (PARAGRAFO 1 do art. 19 da LRF)	1.900.962,81	1.762.205,62	1.763.380,57	1.763.278,76	1.862.124,93	2.017.401,01	2.578.519,28	363.147,65	2.778.753,95	1.965.478,97	1.981.643,70	1.984.543,39	22.721.440,64	-	
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	132.766,58	-	101,81	-	0,48	190.408,19	38.587,83	363.147,65	-	4.177,24	1.693,91	-	740.087,91	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.768.196,23	1.762.205,62	1.763.278,76	1.763.278,76	1.862.124,45	1.826.992,82	2.539.931,45	-	2.778.753,95	1.959.971,42	1.975.790,40	1.980.828,87	21.981.352,73	-	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.607.817,62	9.723.413,92	9.600.462,31	9.661.821,23	9.768.086,33	10.626.221,54	14.314.620,22	13.898.787,86	12.491.091,06	10.460.132,17	10.358.664,43	10.457.306,05	130.968.424,74	1.523.813,16	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

PORTARIA PRES Nº 210, DE 17 DE MAIO DE 2024.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III, parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, relativo ao primeiro quadrimestre de 2024, nos termos do documento anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 17 de maio de 2024.

Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA, PRESIDENTE**, em 22/05/2024, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0806688** e o código CRC **8596F446**.